



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007405-87.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Luiz Fernando Migliati**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

771/13

Luiz Fernando Migliati, qualificado na inicial, ajuizou ação de **Procedimento Sumário** em face de **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**, também qualificado, alegando também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 30 de setembro de 2006 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$ 19.130,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A* e falta de interesse processual por ausência de requerimento administrativo, e ausência de documento essencial para a propositura (*laudo do IML*); no mérito alega prescrição, contestando que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: *"inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Seguros DPVAT"* (cf. Ap. Nº 990092573098 – 32ª Câmara de Direito Privado TJSP – 12/11/2009¹), já que *"em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência"*².

Também não há se falar em falta de interesse processual, porquanto não haja necessidade de providenciar prévio pleito administrativo, a propósito do entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *"DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERESSE DE AGIR. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE"* (cf. Ap. nº 0011158-40.2011.8.26.0625 - 27ª Câmara de Direito Privado TJSP - 11/06/2013³).

De igual modo, não falta documento essencial à propositura da ação: *"Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² JTACSP – Volume 147 – página 129.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada” (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012 ⁴).

No mérito, a questão envolvendo a prescrição tem, na prova documental de fls. 14, indicativo de que somente em 20 de março de 2012 o autor teve conhecimento de que, mesmo submetido a tratamento, restaria sequela de “limitação funcioinal” (sic.), de modo que, não havendo benefício previdenciário que comprovasse o conhecimento da sequela em data anterior, conforme informação do INSS de fls. 119, é de rigor rejeitar-se essa causa extintiva do direito.

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 66,25% e é claro ao apontar sequelas: “insuficiência venosa crônica e linfedema, com incapacidade para atividades com ortostatismo prolongado, e incapacidade ortopédica com déficit funcional moderado do quadril, leve do joelho e do pé direito” (fls. 79/80 e 86/87).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa do autor, para o trabalho, o laudo foi claro: “Determinamos um dano patrimonial ortopédico de 31,25% (sic), correspondendo: 12,5% ao déficit funcional moderado (50%) do quadril direito, 6,25% ao déficit funcional leve (25%) do joelho e 12,5% ao déficit funcional leve do pé direito” e “a avaliação vascular permite afirmar que há comprometimento patrimonial físico estimado em 35% em analogia à tabela de indenizações DPVAT”, totalizando um dano patrimonial físico de 66,25% (fls. 80).

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez total e permanente do autor, em razão do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização.

Destaque-se ainda, o valor da indenização deve ser tomado com base no limite de “até” 40 salários mínimos, nos termos do que regulava a alínea b. do inciso III, do art. 3º da Lei nº 6.194/1974, vigente ao tempo do acidente que vitimou o autor, não havendo se falar em impossibilidade de utilização do salário mínimo como referência: “Descaracterização do salário mínimo, que não alcança o valor do seguro obrigatório, previsto na Lei n. 6.194, de 1974, e que não foi revogada - Cobrança procedente - Recurso provido - Voto vencido” ⁵.

A ação é procedente em parte, para fixar-se a indenização em 66,25% do valor equivalente a 40 salários mínimos vigentes na data do acidente, qual seja, abril de 2006, que na época era de R\$ 350,00, que totaliza R\$ 9.275,00, o qual deve ser decrescido dos valores recebidos administrativamente, no importe de R\$ 5.670,00, totalizando um débito no valor de R\$ 3.605,00, devidamente acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar daquela data, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A correção monetária não pode incidir da propositura da ação pois “a correção monetária não é um “plus” mas mera recomposição do poder aquisitivo da moeda” (Apelação n. 597.850-5, Nona Câmara, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, v. u., OPICE BLUM, Relator ⁶).

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à protelação do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br

⁵ JTACSP - Volume 128 - Página 170.

⁶ JTACSP - Volume 155 - Página 101.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

consequência do que CONDENO a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais a pagar ao autor **Luiz Fernando Migliati** a importância de R\$ 3.605,00 (três mil seiscentos e cinco reais), devidamente acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar daquela data, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**